



Banco Standard de Investimentos S.A.

A Member of The Standard Bank Group of South Africa

CNPJ nº 04.866.275/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES AÇIONISTAS

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Standard de Investimentos S.A. (BSI) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório elaborado pela KPMG Auditores Independentes.

BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.

O Banco Standard de Investimentos S.A. é parte integrante do Grupo Standard Bank, com ativos totais superiores a US\$ 184 bilhões e empregando mais de 52.000 pessoas em todo o mundo. O Standard Bank Group (SBG) é um dos principais grupos líderes em serviços bancários e financeiros da África. Em novembro de 2007, SBG anunciou uma parceria estratégica importante com o Industrial and Commercial Bank of China Limited (ICBC), o maior banco do mundo por capitalização de mercado. Com esta parceria estratégica o ICBC tornou-se acionista com participação de 20% no SBG. No Brasil o SBG iniciou suas atividades em 1998 como um escritório de representação do Standard Bank Plc. Em 2001, constituiu a Standard Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. "SB DTVM". Durante o ano de 2002 a SB DTVM se transformou em Banco de Investimentos através de aprovações obtidas perante o Banco Central Sul Africano e o Banco Central do Brasil. Desde então opera com empresas de grande porte oferecendo operações estruturadas no mercado de capitais, assessoria em fusões e aquisições, produtos estruturados de tesouraria, financiamento de projetos, commodities metálicas e financiamento de operações comerciais. Em Abril de 2012, em decorrência da desaceleração da economia mundial e a crise na Europa, o Grupo Standard Bank revisou sua estratégia global, redirecionando seus esforços em negócios que desenvolvem laços econômicos entre Brasil, África e China.

mantendo foco nas áreas onde a Instituição tem histórico de especialização e liderança como recursos minerais e financiamento de projetos. Como consequência desta decisão, ocorreu uma reorganização das atividades no Brasil, com a adequação dos negócios à nova estratégia concomitantemente com uma reestruturação do quadro de funcionários.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Em decorrência da mudança de estratégia proposta pelo Grupo para as atividades no Brasil, o Banco Standard de Investimentos S.A., redirecionou seus esforços a atender empresas brasileiras que atuem ou tenham interesse em operar no continente africano ou na China bem como nas empresas africanas ou chinesas que queiram investir nas empresas brasileiras. Como consequência desta decisão, descontinuamos alguns produtos da nossa linha de atuação como atividades na área de Tesouraria, que vem se empenhando nas ações para contemplar a nova estratégia de menor alavancagem do balanço. Com a mudança de estratégia de negócios, commodities metálicas, assessoria em fusões e aquisições e financiamento de operações comerciais mantiveram suas situações nas indústrias onde o SBG é mais competitivo, quais sejam: óleo & gás, energia, infraestrutura, mineração e metais.

GESTÃO DE RISCOS

O Banco Standard de Investimentos S.A. julga que manter uma efetiva estrutura de gestão de riscos é parte fundamental na condução dos negócios. A estrutura estabelecida permite o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de crédito, mercado e liquidez, operacional, jurídico e de compliance. A Instituição busca o adequado equilíbrio entre risco e retorno e investe constantemente para aprimorar os processos, políticas e ferramentas de gestão de riscos, a fim de garantir a segurança das operações, atuando de forma preventiva e assegurando que o crescimento dos negócios aconteça em um

ambiente apropriado de controle. A alta Administração é envolvida em todas as iniciativas relevantes inerentes a gestão de riscos, sendo que a estrutura de governança propicia adequada avaliação dos riscos incorridos pelo banco, bem como o efetivo gerenciamento dos mesmos. Além disso, conta com níveis de alocação tanto individuais como coletivas levando-se em conta a independência necessária para a tomada das decisões. Para isto, há o apoio de diferentes Comitês de Risco (Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e Regulatório), que definem os limites técnicos e as políticas de gestão de riscos que incluem entre outros, os aspectos de identificação, mensuração, monitoramento e controle das operações. Dessa forma, os comitês têm a responsabilidade de exercer a função de supervisão e monitoramento do perfil de riscos específicos e agregados dos portfólios. Adicionalmente, os comitês desenvolvem ações técnicas com o objetivo de subsidiar as decisões da Administração, no intuito de minimizar perdas e eliminar os impactos sobre o negócio, priorizando a prudência sobre altos retornos, sem comprometer a rentabilidade da instituição. O rating atual do BSI, atribuído pela Fitch Ratings, é AA- (bra) para o Rating Nacional de Longo Prazo, com perspectiva estável. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.standardbank.com/brasil.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nos últimos anos, o Banco Standard de Investimentos S.A. alcançou uma melhora significativa na qualidade da carteira de crédito em função da mudança estratégica de negócios em direcionar esforços comerciais a clientes de maior porte e em produtos de banco de investimento. Adicionalmente, valores expressivos classificados como créditos de liquidação duvidosa foram recebidos. As recuperações de créditos totalizaram R\$ 11.134 mil no primeiro semestre de 2012, sendo referente a créditos baixados para prejuízo, refletindo nossos esforços na área de recuperação de ativos, iniciado a partir de 2009.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)		
	2012	2011
Ativo		
Circulante	1.506.930	1.375.996
Disponibilidades	33.652	13.179
Aplicações interfinanceiras de liquidez	139.928	104.498
Aplicações no mercado aberto	137.506	72.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.422	31.702
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.126.640	868.198
Carteira própria	108.352	596.881
Vinculados a prestação de garantias	6.903	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.011.385	271.317
Operações de crédito	83.564	28.809
Setor público	-	1.351
Setor privado	83.894	30.725
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(330)	(3.267)
Outros créditos	122.846	360.940
Carteira de câmbio	97.621	311.296
Diversos	27.766	52.185
(-) Provisão para outros créditos	(2.541)	(2.541)
Outros valores e bens	300	372
Despesas antecipadas	300	372
Realizável a longo prazo	1.261.528	1.312.443
Aplicações interfinanceiras de liquidez	180.657	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	180.657	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.029.915	1.213.359
Carteira própria	589.391	325.715
Vinculados a compromissos de recompra	-	118.559
Vinculados a prestação de garantias	297.289	483.588
Instrumentos financeiros derivativos	143.235	285.497
Operações de crédito	384	50.249
Setor privado	386	50.502
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2)	(253)
Outros créditos	50.572	48.835
Diversos	50.572	48.835
Permanente	15.718	19.232
Investimentos	1	1
Outros investimentos	1	1
Imobilizado de uso	15.172	18.615
Outras imobilizações de uso	22.497	21.853
Depreciação acumulada	(7.325)	(3.238)
Intangível	545	616
Ativos intangíveis	881	786
Amortização acumulada	(336)	(170)
Total do Ativo	2.784.176	2.707.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)		
	2012	2011
Passivo		
Circulante	1.643.720	1.987.045
Depósitos	117.469	892.046
Depósitos interfinanceiros	8.224	339.172
Depósitos a prazo	109.245	552.874
Captação no mercado aberto	-	118.304
Carteira própria	-	118.304
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.018	910
Recursos de letras financeiras	1.018	910
Relações interdependências	11	190
Recursos em trânsito de terceiros	11	190
Obrigações por empréstimos e repasses	344.859	484.981
Empréstimos no exterior	344.346	242.002
Repasses do país - Instituições Oficiais	513	-
Repasses do exterior	-	242.979
Instrumentos financeiros derivativos	1.028.388	119.853
Instrumentos financeiros derivativos	1.028.388	119.853
Outras obrigações	151.975	370.761
Coatrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1	11
Carteira de câmbio	95.411	315.852
Fiscais e previdenciárias	5.739	5.575
Negociação e intermediação de valores	27.005	15.028
Diversas	23.819	34.295
Exigível a longo prazo	824.807	399.310
Depósitos	108.801	136.327
Depósitos interfinanceiros	-	130.491
Depósitos a prazo	108.801	5.836
Obrigações por empréstimos e repasses	301.329	148.776
Repasses do país - Instituições Oficiais	396	-
Repasses do exterior	301.329	148.776
Instrumentos financeiros derivativos	408.911	92.815
Instrumentos financeiros derivativos	408.911	92.815
Outras obrigações	5.380	21.392
Fiscais e previdenciárias	865	21.392
Diversas	4.515	-
Resultado de exercícios futuros	705	1.066
Patrimônio líquido	314.944	320.250
Capital social:		
De domiciliados no exterior	335.486	320.356
Reservas de capital	549	549
Reservas de lucros	4.649	4.029
Ajustes ao valor de mercado - TVM	6.409	2.635
Prejuízos acumulados	(32.149)	(7.319)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.784.176	2.707.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUDANÇAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)						
	Capital		Reservas de lucros	Ajuste ao valor de mercado - TVM	(Prejuízos)/lucros acumulados	Total
	social	de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	320.356	549	3.090	2.635	(25.155)	301.475
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	18.775	18.775
Destinações:						
Reserva legal	-	-	939	-	(939)	-
Saldos em 30 de junho de 2011	320.356	549	4.029	2.635	(7.319)	320.250
Saldos em 31 de dezembro de 2011	320.356	549	4.649	2.612	(13.326)	314.840
Aumento de capital:						
Integralização de capital	15.130	-	-	-	-	15.130
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	3.797	-	3.797
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(18.823)	(18.823)
Saldos em 30 de junho de 2012	335.486	549	4.649	6.409	(32.149)	314.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Standard de Investimentos S.A. ("Banco") é parte integrante do Standard Bank Group (SBG) de origem Sul Africana e está organizado sob a forma de banco de investimentos, tendo como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em Lei e aplicáveis aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. No Brasil o SBG iniciou suas atividades em 1998 como um escritório de representação do Standard Bank Plc. Em 2001, constituiu a Standard Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. "SB DTVM". Durante o ano de 2002 a SB DTVM se transformou em Banco de Investimentos através de aprovações obtidas perante o Banco Central Sul Africano e o Banco Central do Brasil. Desde então opera com empresas de grande porte oferecendo operações estruturadas no mercado de capitais, assessoria em fusões e aquisições, produtos estruturados de tesouraria, financiamento de projetos, commodities metálicas e financiamento de operações comerciais. Em Abril de 2012, em decorrência da desaceleração da economia mundial e a crise na Europa, o Standard Bank Group revisou sua estratégia global, redirecionando seus esforços em negócios que desenvolvem laços econômicos entre Brasil, África e China, mantendo foco nas áreas onde a Instituição tem histórico de especialização e liderança como recursos minerais e financiamento de projetos. Como consequência desta decisão, ocorreu uma reorganização das atividades no Brasil, com a adequação dos negócios à nova estratégia concomitantemente com uma reestruturação do quadro de funcionários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, e a partir do exercício de 2008, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 alteraram diversos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Sociedade por Ações). A normatização do Banco Central do Brasil editada até o momento considera: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento do ativo imobilizado, diferido e intangível; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos; (d) apresentação da demonstração dos fluxos de caixa ao invés da demonstração das origens e aplicações de recursos; (e) critérios aplicáveis na avaliação de investimentos em controladas coligadas; (f) critérios e correções para a divulgação, em notas explicativas, de informações sobre partes relacionadas e (g) critérios aplicáveis no reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e passivos contingentes. Entre 2008 e 2012, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos passaram por homologação do BACEN. Desta forma, a Instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN: a. CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; b. CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; c. CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; d. CPC 10 - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.889/11; e. CPC 23 - Publicação de balanços, mudanças de estimativa e eficácia de erro - Resolução CMN nº 4.007/11; f. CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 4.973/11 e g. CPC 25 - Provisões passivas contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 20 de agosto de 2012.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Aplicação do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **b. Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar o valor adequado a ser reajustado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, impostos diferidos e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de avaliação. A Administração do Banco revisa as estimativas mensalmente. **c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **e. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São valores de aplicação de recursos autuados até a data do balanço. **f. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: I. Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado do período. II. Títulos disponíveis para venda - contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM". III. Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. **g. Operações de crédito:** São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco e de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas as informações estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN. **h. Instrumentos financeiros derivativos:** Os ativos e passivos sujeitos de proteção e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são demonstrados pelo valor de custo, ajustados ao mercado, com as correspondentes valorizações e desvalorizações reconhecidas no resultado do período. As posições desses instrumentos financeiros em seus valores referenciais registrados em conta de compensação e os ajustes, prêmios e diferenciais a receber/a pagar em contas patrimoniais. **i. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores de realização ou exigibilidades e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia. **j. Permanente: Imobilizado de uso -** demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens imobilizados é calculada pelo método linear, às taxas anuais: • móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança - 10%; • equipamentos de correspondente de dados - 20%; • instalações em propriedades de terceiros - amortização conforme o prazo dos aluguéis contratados. **Ativo intangível -** compreendendo os direitos autorais que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. **k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem a R\$ 240 anual. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. São créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, e refletidos no resultado do exercício, ou quando aplicável, no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão apresentados na rubrica "Outras Obrigações - Diversos" e refletidos no resultado do semestre, ou quando aplicável, no patrimônio líquido. **l. Moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **m. Provisões, ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: Provisões - são obrigações presentes reconhecidas nas demonstrações financeiras quando for considerado a saída de recursos para a liquidação das obrigações. Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos Contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	792	122
Disponibilidades em moeda estrangeira	32.860	13.057
Total de disponibilidades de caixa	33.652	13.179
Aplicações interfinanceiras de liquidez	139.928	104.498
Total de caixa e equivalentes de caixa	173.580	117.677

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Vencimento		
	Até 90 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.422	180.657	183.079
Operações compromissadas - posição bancada	137.506	-	137.506
Total em 2011	139.928	180.657	320.585
Total em 2012	139.498	104.498	243.996

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias "Títulos para negociação" - avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", sendo estes apresentados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustados pelos seus valores de mercado na data do balanço, sendo o ajuste positivo ou negativo, líquido dos efeitos tributários, e registrados em conta específica do patrimônio líquido denominada "Ajuste ao valor de mercado (TVM)". Em 30 de junho de 2012 e 2011 a carteira era composta por:

a. Composição da carteira

	Vencimento			2012			2011			
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado	de custo atualizado	Ajuste a mercado	Valor de mercado	de custo atualizado	Ajuste a mercado
Carteira de Negociação	-	-	-	-	-	-	-	7.478	445	7.033
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	-	-	-	7.478	445	7.033
Disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - Livres	-	-	59.040	505.099	564.139	563.896	243	518.723	518.732	(9)
Letras Financeiras do Tesouro - Vinc. a Garantias	-	-	6.903	297.290	304.193	303.921	272	483.588	483.595	(7)
Notas do Tesouro Nacional	-	9.913	-	55.104	65.017	63.347	1.670	443.658	443.734	(76)
Ações de companhias fechadas	39.400	-	-	-	39.400	30.00				

* continuação


Banco Standard de Investimentos S.A.

A Member of The Standard Bank Group of South Africa

CNPJ nº 04.866.275/0001-63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRES FIMDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações de NDF, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação. Em 30 de junho de 2012, os ajustes diários registrados em outras obrigações (NIV) montam a R\$ (27.004) (2011 - R\$ (14.947)).

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/perdas não realizados	Valor de mercado em 30 de junho de 2012	Valor de mercado em 30 de junho de 2011
Ativo	1.203.216	(48.596)	1.154.620	556.814
Operações de swap	122.520	6.781	129.301	511.151
Operações com opções - comprada	8.143	963	9.106	9.923
Operações de NDF	119.980	(67.612)	52.368	35.740
Operações a termo	952.573	11.272	963.845	—
Passivo	(1.414.757)	(22.541)	(1.437.299)	(212.667)
Operações de swap	(408.044)	(16.142)	(422.186)	(117.072)
Operações com opções - vendida	(7.130)	6.209	(921)	(10.719)
Operações de NDF	(49.010)	(1.888)	(50.898)	(84.876)
Operações a termo	(952.573)	(10.720)	(963.293)	—

c. Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Maior do que 1081 dias	Total 2012	Total 2011
Operações de swap	96.643	856.673	4.577.850	631.433	6.162.599	5.652.194
Operações com opções - comprada	30.135	61.078	30.483	—	121.696	201.139
Operações com opções - vendida	28.470	57.385	28.650	—	114.505	259.683
Operações de futuros - comprada	430.581	710.411	1.398.668	681.476	3.221.136	4.951.400
Operações de futuros - vendida	253.737	204.429	392.375	341.342	1.191.883	1.726.915
Operações de NDF	194.606	220.474	1.042.244	1.808.116	3.265.440	3.893.427
Operações a termo - comprada	488.494	—	—	—	488.494	—
Operações a termo - vendida	475.351	—	—	—	475.351	—
Total	1.998.017	2.110.450	7.470.270	3.462.367	15.041.104	16.684.758

d. Valor nominal por local de negociação

	BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	SELIC	Total 2012	Total 2011
Operações de swap	119.900	6.042.699	—	6.162.599	5.652.194
Operações com opções - comprada	—	121.696	—	121.696	201.139
Operações com opções - vendida	—	114.505	—	114.505	259.683
Operações de futuros - comprada	3.221.136	—	—	3.221.136	4.951.400
Operações de futuros - vendida	1.191.883	—	—	1.191.883	1.726.915
Operações de NDF	—	3.265.740	—	3.265.740	3.893.427
Operações a termo - comprada	—	—	488.494	488.494	—
Operações a termo - vendida	—	—	475.351	475.351	—
Total	4.532.919	9.544.640	963.845	15.041.404	16.684.758

e. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2012	2011
Swap	(163.305)	278.974
Futuros	184.880	(161.351)
Opções	1.820	(5.010)
NDF	14.195	(133.237)
Termo	552	—
Total	38.142	(20.624)

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Corresponde a operações de crédito, conforme os prazos e classificação demonstrados a seguir:

a. Composição da carteira

	2012	2011
Empréstimos		
Setor público:		
Indústria	—	1.351
Setor privado:		
Indústria	17.848	8.669
Outros serviços (*)	65.534	68.530
Total de empréstimos	83.382	78.550
Financiamentos		
Setor privado:		
Indústria	—	4.028
Outros serviços (*)	898	—
Total de financiamentos	898	4.028
Títulos e créditos a receber		
Setor privado:		
Outros serviços (*)	—	1.568
Total de títulos e créditos a receber	—	1.568
Total geral	84.280	84.146
Total curto prazo	83.894	33.644
Total longo prazo	386	50.502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(332)	(3.520)

(*) Em 2012, "Outros serviços" são compostos por empresas do setor de telecomunicações no valor de R\$ 10.413 (2011 - R\$ 14.905) e do setor de energia elétrica no valor de R\$ 56.019 (2011 - R\$ 0). Em 2011, "Outros serviços" eram compostos também por empresas de outros setores no valor de R\$ 55.193.

b. Classificação por nível de risco

Nível de risco	%	2012					2011		
		provisão	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Saldo da carteira	Provisão	Saldo da carteira	Provisão
AA	0,0%	—	194	17.654	—	17.848	—	23.574	—
A	0,5%	65.725	321	—	386	66.432	(332)	55.193	(276)
C	3,0%	—	—	—	—	—	—	2.201	(66)
H	100,0%	—	—	—	—	—	—	3.178	(3.178)
Total		65.919	17.975	386	84.280	(332)	84.146	(3.520)	

c. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2012	2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do semestre	—	(1) (23.786)
Constituição de provisão	(331)	(2.245)
Reversão de provisão	—	22.511
Saldo em 30 de junho	(332)	(3.520)

No semestre findo em 30 de junho de 2012, houve recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante R\$ 11.134 (2011 - R\$ 3.272). Em 30 de junho de 2012, a provisão para outros créditos sem característica de concessão de crédito é de R\$ 2.541 (2011 - R\$ 2.541).

d. Resultado de operações de crédito

	2012	2011
Rendas de empréstimos	4.578	15.822
Rendas de financiamentos a exportação	256	4.293
Rendas de financiamentos em moedas estrangeiras	—	89
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	11.134	3.272
Total	15.968	23.476

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

A carteira de câmbio está assim representada:

	2012	2011
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	51.866	133.444
Direitos sobre vendas de câmbio	45.755	180.514
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	—	(2.662)
Total	97.621	311.296
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	49.656	178.184
Obrigações por compras de câmbio	45.755	137.668
Total	95.411	315.852

a. Resultado de operações de câmbio

	2012	2011
Despesas de câmbio	(3.410)	(520)
Total	(3.410)	(520)

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2012	2011
Adiantamento e antecipações salariais	842	1.125
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	204	204
Créditos tributários (vide nota 15a)	50.043	71.507
Devedores por depósitos em garantia (*)	3.451	3.147
Impostos e contribuições a compensar	6.078	8.846
Títulos e créditos a receber	2.541	4.109
Valores a receber de sociedades ligadas (vide nota 17b)	15.083	11.709
Devedores diversos	—	373
Total	78.338	101.020
Total curto prazo	27.765	52.185
Total longo prazo	50.573	48.835

(*) Refere-se a depósitos decorrentes de exigência legal para interposição de recursos em juízo relativos a impostos e contribuições sociais.

11. CAPTAÇÕES
a. Depósitos

	2012	2011
Depósitos a prazo	218.047	558.710
De 1 a 90 dias	41.545	188.788
De 91 até 360 dias	67.701	364.086
A vencer após 360 dias	108.801	5.836
Depósitos interfinanceiros	8.224	469.663
De 1 a 90 dias	8.224	247.116
De 91 até 360 dias	—	92.056
A vencer após 360 dias	—	130.491
Total de depósitos	226.271	1.028.373

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2012	2011
Recursos de letras financeiras	1.018	910
A vencer após 360 dias	1.018	910

c. Obrigações por empréstimos e repasses

	2012				
	Principal (US\$ mil)	Início	Vencimento	Taxa	Saldo
Empréstimos do exterior	170.000	—	—	—	344.346
	50.000	27/3/2012	3/7/2012	1,12%	101.334
	50.000	3/5/2012	2/10/2012	1,22%	101.234
	70.000	19/4/2012	2/8/2012	1,16%	141.778
Repasses no exterior	145.000	—	—	—	301.329
	75.000	13/5/2011	1/7/2013	2,20%	156.110
	20.000	3/6/2011	2/1/2014	2,45%	41.698
	50.000	3/8/2011	2/1/2014	2,24%	103.521
Total	315.000				645.675

	2012	
	Principal	Saldo
Repasses do país - Instituições Oficiais	1.024	898
Até 90 dias	211	191
De 91 até 360 dias	385	321
A vencer após 360 dias	428	386

d. Resultado com captações

	2012	2011
Despesas de depósitos interfinanceiros	(2.390)	(30.447)
Despesas de depósitos a prazo	(16.133)	(28.479)
Despesas com operações compromissadas	(221)	(439)
Despesas de letras financeiras	(50)	(10)
Outros	(264)	(430)
Total de despesas de captação no mercado	(19.058)	(59.805)
Resultado de empréstimos e repasses	(57.836)	(36.699)
Total de despesas com captações	(76.894)	(23.106)

O resultado obtido na captação com empréstimos e repasses é composto por juros e variação cambial do período.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

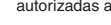
	2012	2011
Despesas de pessoal	25.598	31.514
Outras despesas administrativas	1.620	690
Provisão para passivos contingentes (vide nota 16)	1.065	978
Cretores diversos no país	—	969
Outros	52	144
Total	28.335	34.295

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
A DIRETORIA
CONTROLDORIA: VLADIMIR BACIGA - TC CRC ISP131022/O-O
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras. O Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das

práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Standard de Investimentos S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 20 de agosto de 2012

Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC 1MG077045/O-T-SP

www.standardbank.com